



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638944 - TO (2021/0003755-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LUZIA ALVES BRITO GUIDA
ADVOGADO : LUZIA ALVES BRITO GUIDA - TO007352
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : JEFFERSON ALVES VIEIRA GUEDES (PRESO)
PACIENTE : WEDERVAM BATISTA DA COSTA MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFFERSON ALVES VIEIRA GUEDES e WEDERVAM BATISTA VIEIRA GUEDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0014668-02.2020.8.27.2700/TO).

Os pacientes encontram-se cautelarmente segregados, em virtude de investigação em que se apura o cometimento dos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para fins de tráfico.

Alega a impetrante que inquérito policial e as medidas cautelares decorrentes foram indevidamente realizados com base em denúncia anônima. Afirmam que os pacientes foram mantidos em situação de incomunicabilidade, até a finalização dos interrogatórios. Assevera que não foi realizada a audiência de custódia. Afirmam que os ora pacientes foram vítimas de torturas e maus-tratos na prisão na qual se encontram recolhidos.

Requer liminarmente o relaxamento das prisões preventivas, o trancamento do inquérito policial e a decretação da nulidade das interceptações telefônicas e da ação controlada, das provas oriundas da realização de diligências de busca e apreensão e dos interrogatórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 62 8677 / TO, o qual foi indeferido liminarmente. O agravo interposto contra a decisão foi igualmente desprovido.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do

Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM *HABEAS CORPUS* ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente